

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATOSENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Márcia Regina Philippsen

**AVALIAÇÃO EXTERNA DO DESEMPENHO ESCOLAR E SEUS IMPACTOS NA
PRÁTICA PEDAGÓGICA E NA GESTÃO ESCOLAR: ESTUDO DE CASO EM UMA
ESCOLA PÚBLICA DE PORTO ALEGRE (RS)**

Novo Hamburgo, RS

2018

Márcia Regina Philippsen

**AVALIAÇÃO EXTERNA DO DESEMPENHO ESCOLAR E SEUS IMPACTOS NA
PRÁTICA PEDAGÓGICA E NA GESTÃO ESCOLAR:
ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE PORTO ALEGRE (RS)**

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação a distância de especialização em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em **Gestão Educacional**.

Orientadora Elisete M. Tomazetti

Novo Hamburgo, RS

2018

Márcia Regina Philippsen

**AVALIAÇÃO EXTERNA DO DESEMPENHO ESCOLAR E SEUS IMPACTOS NA
PRÁTICA PEDAGÓGICA E NA GESTÃO ESCOLAR:
ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE PORTO ALEGRE (RS)**

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação a distância de especialização em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em **Gestão Educacional**.

Aprovado em 1 de dezembro de 2018

Elisete M Tomazetti (UFSM)
(Orientadora)

Sueli Menezes Pereira (UFSM)

Eliane de Avila Colussi (UFSM)

RESUMO

AVALIAÇÃO EXTERNA DO DESEMPENHO ESCOLAR E SEUS IMPACTOS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA E NA GESTÃO ESCOLAR: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE PORTO ALEGRE (RS)

EXTERNAL EVALUATION OF SCHOOL PERFORMANCE AND ITS IMPACTS ON PEDAGOGICAL PRACTICE AND SCHOOL MANAGEMENT: A CASE STUDY AT A PUBLIC SCHOOLS OF PORTO ALEGRE (RS)

AUTORA: Márcia Regina Philippsen
ORIENTADORA: Elisete M. Tomazetti

Este trabalho apresenta um estudo sobre avaliação externa do desempenho escolar e seus impactos na prática pedagógica e gestão educacional de escolas públicas. O objetivo geral foi identificar os impactos das avaliações externas na compreensão de professores e gestores escolares de uma escola municipal de Porto Alegre. E como objetivos específicos: identificar e analisar o que pensam os professores da escola escolhida acerca das avaliações externas sobre a aprendizagem de seus alunos e identificar e analisar o que pensam os gestores da escola escolhida, acerca dos impactos das avaliações externas na gestão escolar. Na metodologia a opção foi por uma abordagem qualitativa, com entrevistas com professores do 5º e 9º ano e coordenadores pedagógicos. O estudo de caso foi realizado em uma escola pública da zona norte de Porto Alegre, RS. A análise do tema está apoiada no questionamento das avaliações de larga escala que tem servido para legitimar as ações das gestões gerencialistas da educação. Nas conclusões são apontados aspectos positivos da Prova Brasil como forma de diagnóstico, sem no entanto, contribuir com mudanças qualitativas nas práticas pedagógicas ou gestão escolar. São debatidos os desafios de mudança para a gestão escolar e as limitações das avaliações em larga escala.

Palavras-chave: Avaliação externa. Gestão educacional. Prova Brasil. Escola pública.

ABSTRACT

This paper presents a study about the external evaluation of school performance and its impacts on pedagogical practice and educational management of public schools. The problem investigated was: What are the effects of external evaluations of school performance in pedagogical practice and school management in the understanding of teachers and managers of a municipal public school in Porto Alegre? The general objective was to identify the impacts of external evaluations on the understanding of teachers and school administrators of a municipal school in Porto Alegre. And as specific objectives: to identify and analyze what the teachers of the chosen school think about external evaluations about the learning of their students and to identify and analyze what the managers of the chosen school think about the impacts of external evaluations on school management. In the methodology the option was a qualitative approach, with interviews with 5th and 9th grade teachers and pedagogical coordinators. The case study was carried out in a public school in the northern area of Porto Alegre, RS. The analysis of the theme is supported by the questioning of the large-scale evaluations that have served to legitimize the actions of managerialist management of education. In the conclusions are pointed positive aspects of the Brazil Test as a form of diagnosis, without, however, contribute with qualitative changes in pedagogical practices or school management. The challenges of change for school management and the limitations of large scale assessments are discussed.

Keywords: External evaluation. Educational management. Brazil Test. Public school.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 AVALIAÇÕES EXTERNAS E GESTÃO ESCOLAR	7
2.1 PROVA BRASIL	11
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	14
4 IMPACTOS DA PROVA BRASIL NA PRÁTICA PEDAGÓGICA E GESTÃO ESCOLAR	16
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
6 REFERÊNCIAS	22
7 APÊNDICE	24

INTRODUÇÃO

As políticas educacionais no Brasil apontam para a compreensão de que a educação escolar é a base indispensável para desenvolvimento da nossa sociedade. Algumas das políticas de gestão educacional, de caráter neoliberal, têm se utilizado de um mecanismo de aferição do desempenho e da qualidade baseadas em sistemas de avaliação e de provas padronizadas. As gestões administrativas, baseadas no gerencialismo, defendem uma educação mais “eficiente”, com apoio de parcerias da iniciativa privada e voltadas para o mercado do capital.

As provas padronizadas, como a Prova Brasil e Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), e os índices de desempenho decorrentes dos seus resultados, desconsideram singularidades de cada contexto escolar e reforça a competição. É preciso destacar, no entanto, que problemas podem surgir durante o processo de avaliação externa dos alunos de escolas públicas. Muitos professores demonstram insatisfação com as dificuldades de aprendizagem de seus alunos, os quais apresentam pouca autonomia para superá-las, sentindo-se inseguros.

O resultado da Prova Brasil é usado para o cálculo do IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Este índice tem servido como guia para ações de Estado na educação, sendo referência para as políticas educacionais. No entanto, a qualidade da educação não é garantida pelas provas, índices e políticas gerencialistas. Este modelo de avaliação, globalizado, reformador e meritocrático, deve, pois, ser repensado e reformulado.

Este estudo pretendeu, pois, analisar a avaliação externa do desempenho escolar e sua repercussão nas relações diárias entre professores e alunos, em uma escola municipal de Porto Alegre. O problema investigado foi: Quais os impactos das avaliações externas do desempenho escolar na prática pedagógica e na gestão escolar na compreensão de professores e gestores de uma escola pública municipal de Porto Alegre?

O objetivo geral foi identificar os impactos das avaliações externas na compreensão de professores e gestores escolares de uma escola municipal de Porto

Alegre. E como objetivos específicos: identificar e analisar o que pensam os professores da escola escolhida acerca das avaliações externas sobre a aprendizagem de seus alunos e identificar e analisar o que pensam os gestores da escola escolhida, acerca dos impactos das avaliações externas na gestão escolar. Com os gestores de escola buscamos ainda refletir sobre os indicadores que contextualizam o fenômeno da qualidade da educação, considerando os aspectos de infraestrutura escolar, características sociais e familiares.

Na metodologia a opção foi por uma abordagem qualitativa, com entrevistas com professores do 5º e 9º ano e coordenadores pedagógicos. O estudo de caso foi realizado em uma escola pública da rede municipal, localizada na zona norte de Porto Alegre. Foram entrevistadas duas professoras do quinto ano, duas professoras do nono ano e dois coordenadores pedagógicos. A escolha desta escola, do bairro Sarandi, se deu pelo fato de ter um bom resultado na avaliação externa do desempenho escolar de 2017.

A revisão da literatura sobre o tema possibilitou compreender a trajetória dos sistemas de avaliações externas, a sustentação ideológica deste modelo e sua relação com a gestão escolar das escolas públicas. Considero que o modelo atual das avaliações externas da educação básica precisa ser revisto na sua forma de aplicação e nos seus objetivos. Novos estudos poderão indicar como acabar com as distorções de idade por série, diminuir as defasagens de interpretação de textos, compensar a falta de apoio no reforço e estudo em casa, entre outros fatores relevantes para a continuidade desta reflexão iniciada nesta pesquisa.

1. AVALIAÇÕES EXTERNAS E GESTÃO ESCOLA

O estudo realizado abordou a temática sobre as avaliações externas em uma escola pública de Porto Alegre e seus impactos no cotidiano e na gestão escolar. Através da revisão dos estudos aqui apresentada podemos considerar que as avaliações externas sobre o trabalho escolar precisam ser questionadas e revistas na sua forma de aplicação e nos seus objetivos. Da forma como ocorrem atualmente, tem

servido para culpabilizar os profissionais da educação, bem como para legitimar as gestões gerencialistas da educação.

A escola pública e gratuita para todos é um dever do Estado e direito de todo cidadão. No entanto, as políticas educacionais baseadas na ideologia neoliberal, defendem a diminuição dos investimentos públicos na educação e uma gestão *gerencialista*, ou seja, uma gestão educacional focada em resultados, influenciada pelo toyotismo¹. A política neoliberal de investimento mínimo na educação e a gestão gerencial de controle e meritocrática, não tem possibilitado o aumento da qualidade na educação básica brasileira.

Freitas (2012) sintetiza as consequências e riscos de políticas educacionais baseadas na estratégia dos “reformadores empresariais da educação”²: estreitamento curricular, competição entre profissionais e escolas, pressão sobre o desempenho dos alunos e preparação para os testes, fraudes, aumento da segregação socioeconômica, precarização da formação do professor, destruição moral do professor, destruição do sistema público de ensino, ameaça à própria noção liberal de democracia. O que ele denomina de “neotecnicismo”, meritocrático e gerencialista, tem expectativas de aprendizagens medidas em testes padronizados. Os “corporate reformers”, ou reformadores empresariais da educação é um termo criado pela pesquisadora americana Diane Ravitch (2011) para representar a coalizão formada por políticos, empresários e pesquisadores que pretendem “consertar” a educação, baseados na psicologia behaviorista, ciências da informação e na neurociência. Conforme Oliveira e Menegão,

¹O Toyotismo é um modelo de administração com base na fábrica de automóveis japonesa – Toyota – cujas características básicas eram: flexibilização da produção, descentralização das decisões, eficiência, trabalho em equipe.

²Reformadores empresariais da educação ou “corporate reformers” defendem reformas baseadas no mercado. “As escolas devem funcionar como empresas, porque o mercado livre é mais eficiente que o governo.

Os reformadores acreditam que as escolas por concessão, livres da regulamentação estatal, sejam capazes de alcançar melhores resultados e injetar dinamismo e competição no sistema, contribuindo para estimular a melhoria das escolas públicas regulares. (2012, p. 652)

De acordo como artigo de Ivo e Hypolito (2017), os sistemas de avaliação em larga escala, como a Prova Brasil, desconsideram as especificidades locais, reforçam a competição e levam a uma busca das escolas por resultados, sem, no entanto, garantir a qualidade na educação. São estabelecidas metas, medidos os índices de desempenho, organizada uma padronização curricular para reproduzir as desigualdades já existentes.

No trabalho intitulado “Sistemas estaduais de avaliação: interfaces com qualidade e gestão da educação” (MACHADO, et al., 2015), os autores investigaram a relação dos sistemas estaduais de avaliação e a elaboração de indicadores e avaliação de desempenho docente. Este estudo concorda em parte com as avaliações externas, mas apresenta a ideia de que as avaliações deveriam ser contextualizadas, como as condições da escola, o processo pedagógico, o nível socioeconômico, entre outras.

Já no texto de Lima e Gandim (2017), é apresentada uma análise do gerencialismo e sua dispersão de poder na relação entre Estado e educação. O estudo denuncia o aumento da presença de instituições não-estatais no cenário educacional brasileiro com o uso de recursos públicos, multiplicando a prática gerencialista na esfera pública e nas decisões sobre as políticas educacionais.

De acordo com o estudo de Érnica e Batista (2012), os resultados do IDEB podem variar de acordo com os níveis de vulnerabilidade social, ou seja, quanto mais vulneráveis os territórios em que as escolas estão situadas e as famílias, menores as notas no IDEB. Mas, conforme o estudo de Chirinéa e Brandão (2015), o IDEB não é suficiente para determinar a qualidade educacional brasileira. Devem ser considerados outros fatores: nível socioeconômico e cultural dos alunos, formação docente, valorização do magistério, condições de trabalho, gestão escolar, infraestrutura da escola, entre outros.

A qualidade aqui em questão não é a qualidade como direito do cidadão, mas aquela concebida com o propósito de diminuir taxas de pobreza e adequar a educação a uma reestruturação produtiva do capitalismo. A responsabilidade é repassada para as escolas, criando uma “competição” por índices entre as escolas. Esta avaliação colabora com o modelo de gestão gerencial, numa perspectiva neoliberal, com parâmetros de eficiência, eficácia e produtividade. Mas o Estado não pode ficar ausente enquanto propositor e regulador de políticas para que haja uma efetiva qualificação das escolas.

Ravitch (2011) defende um sistema de responsabilização que avalie as escolas com objetivo de ajudá-las a melhorar. O sistema de avaliação deveria ser mais amplo que medidas de desempenho em testes padronizados e deve incluir o poder público, igualmente responsável pela capacidade das escolas em proporcionar um bom ensino. A culpa do fracasso escolar não se concentra apenas na equipe pedagógica e no trabalho docente, mas também é responsabilidade do próprio aluno e suas famílias, bem como dos gestores públicos. As avaliações externas padronizadas não atingem as dificuldades do processo de aprendizagem, nem consideram o contexto socioeconômico em que a escola está inserida. Ravitch destaca que as escolas não podem ser melhoradas se ignorarmos as desvantagens associadas à pobreza que afetam a capacidade das crianças aprenderem.

A melhoria da qualidade da educação nas escolas públicas passa por uma gestão democrática. A participação da comunidade escolar e o fortalecimento dos conselhos escolares é essencial, assim como a revisão anual do projeto político pedagógico da escola. As políticas educacionais devem garantir condições de trabalho e infraestrutura nas escolas, repasse de mais verbas, valorização do trabalho docente e salários dignos. Professores necessitam de formação continuada, bem como uma formação específica para gestores e sua equipe pedagógica. A participação dos pais na vida escolar de seus filhos e o atendimento de saúde e serviço social às famílias podem complementar o trabalho pedagógico.

A gestão escolar refere-se à esfera de abrangência das escolas e diz respeito a tarefas de organização e funcionamento da escola, promovendo o ensino e a

aprendizagem, com o protagonismo de professores, alunos e comunidade. Com base na Constituição de 1988 (Art. 3º, inciso VI) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, apresentam a “gestão democrática do ensino público”, garantindo autonomia e participação da comunidade na elaboração do projeto pedagógico e nos conselhos escolares. A gestão democrática na escola implica em efetiva participação nas decisões e construção coletiva dos processos de organização. De acordo com Paro (2010), a gestão democrática da escola pública enfrenta obstáculos quanto à participação coletiva. A competitividade entre escolas, o individualismo e ações pedagógicas isoladas dentro da escola, a busca por resultados e ranqueamento de escolas, a meritocracia e sanções de acordo com o rendimento, devem ser combatidas. Este modelo de avaliação globalizado, reformador e meritocrático deve ser repensado e reformulado.

1.1 PROVA BRASIL

As avaliações da educação em larga escala no Brasil iniciaram com a finalidade de acompanhar a evolução da qualidade da educação. Posteriormente, a divulgação dos resultados destas provas levou a um mecanismo de responsabilização, mobilizando equipes escolares para a melhoria da educação. Bonamino e Sousa (2012), apontam a existência de avaliações de terceira geração com políticas de responsabilização com sanções ou recompensas, justificando a meritocracia. O SAEB, Sistema de Avaliação da Educação Básica, é o principal sistema de avaliação da qualidade da educação básica a nível nacional.

O SAEB é aplicado para verificar conhecimentos de Português e Matemática. A Prova Brasil é utilizada para avaliar a qualidade do sistema de ensino brasileiro. A cada dois anos, estudantes do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental de escolas da rede pública realizavam uma prova padronizada aplicada pelo Ministério da Educação. A Prova Brasil utiliza a escala SAEB para situar o aprendizado nas competências de leitura e interpretação e na resolução de problemas matemáticos. Seu resultado é utilizado para o cálculo do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Com base nos resultados da Prova Brasil, gestores educacionais definem suas ações e direcionam recursos.

O IDEB foi criado em 2007 pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Funciona como um indicador nacional da qualidade da educação. Os dados para o cálculo são extraídos do Censo Escolar e do desempenho nos exames aplicados pelo INEP. A partir do estudo de Dias (2014), o IDEB pode ser comparado aos testes de QI, focado apenas nas inteligências linguística e lógico-matemática. Os testes não verificam as inteligências interpessoal e intrapessoal, entre outras das inteligências múltiplas de Howard Gardner. Gardner questiona a visão predominante de inteligência centrada em habilidades linguísticas e lógico-matemáticas. A Prova Brasil avalia apenas a competência leitora e a de cálculos matemáticos. O IDEB é um índice incompleto que não pode indicar qualidade da educação. Ele pode monitorar a capacidade cognitiva em certos conteúdos, mas sozinho não é capaz de indicar a qualidade da educação, pois deixa de lado aspectos humanos, culturais, sociais, éticos e políticos da educação.

O INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), que é o órgão responsável pela aplicação das provas, surgiu como um órgão de pesquisa, mas transformou-se em uma “agência de avaliação”, conforme destacado por Saviani (2015). A inspiração veio de outros países, como os Estados Unidos e países da Europa, nas reformas conservadoras de caráter neoliberal, baseadas em testes padronizados, metas e meritocracia. Daine Ravitch, que defendeu e ajudou a implantar este modelo no governo Bush nos anos 90, reavaliou e concluiu que este modelo foi equivocadamente através da publicação de 2011 *Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação*.

Saviani (2015) afirma que esse modelo de avaliação, orientado pela formação de rankings e baseado em provas padronizadas aplicadas uniformemente aos alunos de todo o país, está na contramão de todas as teorizações pedagógicas dos últimos anos, que indicam que a avaliação pedagogicamente significativa não deve se basear em exames finais ou em testes padronizados, mas procurar avaliar o processo de

aprendizagem, considerando as peculiaridades das escolas, dos alunos e dos professores.

As repercussões da Prova Brasil e seus resultados, com os *rankings* de escolas, indicam o grande desafio da docência diante da fragilidade da escola pública com precária infraestrutura e dificuldades socioeconômicas das famílias da comunidade em que a escola está localizada. A partir do estudo de Menegão (2015), temos que os resultados das avaliações externas têm orientado políticas educativas, que exigem eficiência máxima e utilizam investimentos mínimos.

Conforme Carneiro (2011), o IDEB mostra apenas o rendimento e não o processo de aprendizagem, desconsiderando a singularidade de cada escola e seu contexto, podendo acentuar a desigualdade em lugar de contribuir para a melhoria da aprendizagem. O professor precisa conhecer as avaliações externas e interpretar corretamente os resultados, para que esses instrumentos possam trazer contribuições para a aprendizagem do aluno.

Para exemplificar os resultados da Prova Brasil, verificamos os dados apresentados da escola em estudo. De acordo com o Quadro I, os resultados da Prova Brasil de 2017 da escola em estudo foram melhores que em 2015: a nota da escola ficou 5,8, sendo muito próxima da meta nacional que é 6 para esta etapa. Os resultados das provas são apresentados em intervalos de níveis de proficiência, podendo verificar a porcentagem de alunos de cada nível. A proficiência média, ou o que o aluno do 5º ano realmente aprendeu em Língua Portuguesa e Matemática, de acordo com a Prova Brasil aplicada em 2017, aumentou.

O desempenho da escola apresentou um maior percentual de alunos no nível 5 (26,73%) para Língua Portuguesa e nível 4 (22,05%) para Matemática. Comparando com o nível de proficiência total do município em Língua Portuguesa (24,87% no nível 0 e 17,64% no nível 3) e Matemática (23,70% nível 0 e 16,89% nível 1), a escola em estudo teve um resultado melhor do que a maioria das escolas da rede municipal de Porto Alegre. As notas das escolas da rede municipal de Porto Alegre variaram de 2,6 a 6,3 em 2017. Conforme a Secretaria Municipal da Educação, o IDEB (Índice de

Desenvolvimento da Educação Básica) é o principal indicador de qualidade educacional nas escolas públicas e privadas do país.

A avaliação em larga escala com base no modelo por resultados, conforme o estudo de Ghisleni e Luce (2018), pretende buscar respostas rápidas às supostas deficiências do modelo anterior e criar uma proposta que rompa com a lógica pedagógica de gestões anteriores.

Distribuição Percentual dos Alunos do 5º Ano do Ensino Fundamental por Nível de Proficiência											
Distribuição dos Alunos por Nível de Proficiência em Língua Portuguesa											
	Nível 0	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8	Nível 9	
Sua Escola	2.70%	2.89%	12.44%	15.17%	19.11%	26.73%	11.31%	6.85%	2.81%	0.00%	
Escolas Similares	1.78%	4.94%	10.70%	20.32%	25.60%	17.13%	12.32%	4.67%	2.37%	0.16%	
	Nível 0	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8	Nível 9	
Total Município	3.02%	8.07%	14.66%	20.65%	22.05%	16.36%	9.33%	4.14%	1.43%	0.28%	
Total Estado	1.84%	5.51%	11.25%	17.48%	20.35%	18.66%	13.24%	7.70%	3.20%	0.75%	
Total Brasil	3.20%	7.90%	12.32%	15.90%	18.24%	17.29%	13.25%	7.56%	3.47%	0.87%	
Distribuição dos Alunos por Nível de Proficiência em Matemática											
	Nível 0	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8	Nível 9	Nível 10
Sua Escola	0.00%	1.30%	8.47%	12.47%	39.72%	21.02%	9.77%	2.96%	4.29%	0.00%	0.00%
Escolas Similares	0.49%	3.57%	12.28%	16.13%	23.16%	21.95%	14.84%	5.80%	1.51%	0.28%	0.00%
	Nível 0	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8	Nível 9	Nível 10
Total Município	1.17%	5.15%	12.15%	20.29%	24.78%	19.91%	11.65%	3.48%	1.09%	0.28%	0.06%
Total Estado	0.64%	3.13%	8.80%	15.58%	19.85%	21.43%	16.52%	8.93%	3.68%	1.14%	0.29%
Total Brasil	1.04%	5.00%	11.15%	15.93%	18.02%	18.25%	15.08%	9.29%	4.11%	1.59%	0.53%

Quadro I – Resultados da Prova Brasil 2017 - Porto Alegre

Fonte: <http://sistemasprovaBrasil.inep.gov.br/provaBrasilResultados/view/boletimDesempenho/boletimDesempenho.seam>

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A escolha do método de investigação depende das percepções e intenções frente ao objeto escolhido. A opção por uma abordagem qualitativa levou em consideração que o objeto a ser investigado requer um posicionamento nos discursos de professores e gestores, bem como conflitos e interesses antagônicos existentes. Foram utilizados dados quantitativos dos resultados da Prova Brasil na escola em

estudo e do município de Porto Alegre, como referência e justificativa da escolha da escola.

Numa pesquisa qualitativa os dados são predominantemente descritivos, procurando compreender o fenômeno social de acordo com a perspectiva dos atores envolvidos. Conforme Gerhardt e Silveira (2009), “a pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.” O caráter descritivo e explicativo permite compreender as características e diferentes percepções dos atores envolvidos na pesquisa. Com base nos dados coletados será possível refletir e analisar os principais aspectos das avaliações externas na escola pública.

Nesta pesquisa foi escolhido como procedimento de produção de dados entrevistas semiestruturadas com dois professores do 5º ano e dois professores do 9º ano do ensino fundamental, e ainda, dois coordenadores pedagógicos de uma escola da rede municipal de Porto Alegre. Desta forma tem uma representatividade nos dois anos/ciclo em que é aplicada a prova do Ensino Fundamental, e um coordenador de cada nível de ensino, representando a equipe gestora da escola. O critério para a escolha da escola é o índice do IDEB, considerado como um bom resultado, de acordo com o quadro I.

O estudo de caso foi realizado em uma escola que está localizada na zona norte da cidade, no bairro Sarandi. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade, uma instituição, um sistema educativo, uma escola, ou uma unidade social. Este método é útil para estudos realizados em um contexto específico.

A intenção foi conhecer o que os professores e coordenadores pensam sobre os impactos das avaliações externas em suas práticas pedagógicas e na gestão escolar. A entrevista permite uma interação entre pesquisador e pesquisado sem questões impostas e possibilitando maior detalhamento e aprofundamento. A fim de preservar a identidade dos participantes da pesquisa não utilizaremos os nomes das pessoas envolvidas nem das escolas, apenas a região em que estão localizadas.

3 IMPACTOS DA PROVA BRASIL NA PRÁTICA PEDAGÓGICA E GESTÃO ESCOLAR

Este estudo teve como objetivo identificar os impactos das avaliações externas do desempenho escolar na prática pedagógica e gestão escolar, a partir da opinião de quatro professores das turmas avaliadas e dois professores da equipe gestora da escola. Foram realizadas entrevistas com professores de uma escola municipal da Zona Norte de Porto Alegre. A escola está situada em um bairro com muitas comunidades populares de baixa renda. A escola conta com aproximadamente 1700 alunos distribuídos nos três turnos. Esta escola foi selecionada por ter tido um resultado de destaque na última avaliação da Prova Brasil.

As entrevistas foram realizadas na escola, em local indicado pelos(as) entrevistados(as), sendo complementadas por meio eletrônico através de formulário do Google Docs. Este processo foi um pouco lento e difícil, em virtude da dificuldade de conciliar os horários. Alguns professores apresentam um comportamento de conformação e acomodação diante deste modelo de política educacional. No entanto, o coletivo de professores organizados em associações e sindicatos ainda resiste e acredita em uma educação democrática de qualidade.

Ao longo da investigação foi possível identificar pouco interesse de alguns professores debaterem sobre o tema. Através da análise das respostas podemos observar que a maioria considera importante os resultados da Prova Brasil como forma de diagnóstico, porém poucas mudanças foram apontadas. Os gestores, quando questionados sobre a utilização e importância da avaliação externa, responderam que podem servir para reflexões nas reuniões pedagógicas e reestruturação de planos de estudo e novas metas para melhorar o desempenho da escola.

Sobre a pergunta - “as avaliações são compatíveis com a realidade da escola e o que ela ensina?” - as respostas das professoras do 5º ano foram negativas, onde as duas professoras entrevistadas concordaram com a seguinte ideia: “muitas aprendizagens ficam de fora das avaliações e a prova segue um padrão nacional, sem considerar as peculiaridades de cada escola”. Aqui podemos considerar que estas

avaliações são só um instrumento que não pode por si mesmo resolver os problemas gerados em outras instâncias sociais. Nenhum resultado pode ser justo quando a estrutura social e econômica é injusta; não pode melhorar a qualidade da educação quando existe uma redução de verbas e os docentes se encontram mal pagos; não pode melhorar os processos de aprendizagem quando não se atende a uma análise de suas condições materiais. Conforme destaca Ravitch (2011), as escolas não podem ser melhoradas se ignorarmos as desvantagens associadas à pobreza que afetam a capacidade das crianças aprenderem.

Já na questão sobre a colaboração com a prática pedagógica, as respostas não apontaram colaborações significativas. A professora “A” de 5º ano respondeu que a Prova Brasil auxilia no seu planejamento. O professor “B” do 9º ano argumentou que as avaliações externas efetivamente não colaboram com sua prática, pois os resultados são generalizados ao conjunto da escola e a devolução dos resultados não acontece. De acordo com as contribuições do estudo de Ivo e Hypolito (2017), os resultados das avaliações poderiam contribuir se considerassem as especificidades locais e não estivesse baseada em uma padronização curricular para reproduzir as desigualdades já existentes e promover a competição entre escolas por resultados.

A competência da escola que desenvolve um trabalho de acordo com os critérios estabelecidos pelo Estado provocou opiniões diversas. Um professor do 9º ano defende: *“enquanto servidores públicos, servimos ao estado”*. Outra professora do 9º ano defende a ideia de que *“a escola precisa obedecer suas possibilidades e potencialidades, de acordo com o que os alunos necessitam”*. As respostas a estes questionamentos demonstram um certo conformismo dos professores a este modelo de política educacional. Apesar de concordarem com a ideia de que a Prova Brasil não proporciona colaborações para a prática pedagógica, afirmam que precisam obedecer as possibilidades e potencialidades da escola e servir ao estado, ou seja, reproduzindo este modelo que serve ao modelo neoliberal. De acordo com o grupo de professores entrevistados, percebemos que a aplicação da Prova Brasil é feita como exigência do sistema, do contrário não teria encontrado receptividade e protagonismo na escola.

Na pergunta, sobre o significado do resultado do IDEB para a escola, os gestores reconhecem sua importância como forma de diagnóstico, mas no entanto, apenas o resultado numérico pouco contribui. O coordenador pedagógico das séries finais da escola destacou que

Quando os dados são apresentados desmembrados nos respectivos níveis e a frequência de acertos e erros são visualizados por descritores, podemos utilizar a ferramenta como uma bússola para situar os estudantes dentro do universo que compõe a matriz de aprendizagem almejada nos documentos oficiais. Insights significativos podem emergir ao se contrapor o 'esperado' com o 'realizado', evitando que os desafios cognitivos propostos se tornem repetitivos ou pouco desafiadores para o educando no decorrer de seu avanço nos estudos formais, resultando no enfado e na impossibilidade de passagem do nível de habilidade básica ao operacional, e do operacional para o global.

As mudanças percebidas com a Prova Brasil são mais evidentes na gestão do que na prática pedagógica. De acordo com a resposta do coordenador pedagógico das séries iniciais

“Os gestores das diferentes esferas de poder passaram a se utilizar deste descritor para balizar políticas públicas as quais, muitas vezes, parecem estar em total dissonância com a realidade das comunidades escolares. O foco passou do atendimento integral das necessidades de crianças e adolescente para a escalada do "ranking" do IDEB. Não se faz necessária a segurança alimentar, o desenvolvimento físico, psicológico, afetivo e emocional do aluno para que determinado sistema de ensino seja visto como "eficiente", pois agora o foco é a evolução numérica objetiva e a capacidade de atingir as metas estipuladas pela burocracia oficial.”

As respostas dos gestores confirmam a reavaliação de Ravitch (2011)) sobre o sistema de avaliação padronizado que se distancia dos objetivos essenciais da educação. Defende a importância de um currículo enraizado nas artes e ciências, que incite os estudantes à busca pelo conhecimento, desenvolva sua cidadania, capacite-os a refletir criticamente sobre questões e a tomar decisões sensatas sobre a própria vida, e contribua para formação do caráter e disciplina. Os professores não são responsáveis sozinhos pelo aprendizado dos estudantes, e nem tudo de valor que um professor transmite aos seus alunos pode ser apreendido em um teste padronizado.

Quanto ao trabalho de inclusão e permanência de alunos, os gestores destacam a importância do trabalho do Ministério Público, Conselho Tutelar e Assistência Social. Destaca-se também que o IDEB não deve ser o único parâmetro para avaliar a escola pública ou como marketing político. A avaliação deve ser um

processo contínuo que contribua para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, e não para uma simples classificação do desempenho dos alunos ou mero ranqueamento de escolas. Os resultados do desempenho de um aluno não são consequências diretas de um profissional apenas, mas de um contexto mais amplo. O trabalho docente é coletivo, abrangendo diferentes aspectos, internos e externos da escola. Cada aluno possui um ritmo diferente e tem motivações particulares. De acordo com a ideia da obra de Ravitch (2011), a culpa do fracasso escolar também é responsabilidade do aluno e suas famílias, e dos gestores públicos. Os resultados irão refletir a realidade da infraestrutura escolar e o contexto socioeconômico da comunidade.

Esse instrumento, surgido para avaliar o "sistema de ensino", acabou transformando-se, cruelmente, em mecanismo único e inquestionável de avaliação da qualidade institucional e, pior ainda, de mensuração da qualidade do trabalho dos educadores. Contribuiu para esta subversão de finalidade a mídia e a exploração do tema pelo marketing político partidário. A partir do da Prova Brasil, os gestores das diferentes esferas de poder passaram a se utilizar deste instrumento para balizar políticas públicas as quais, muitas vezes, parecem estar em total dissonância com a realidade das comunidades escolares. O foco passou do atendimento das necessidades de crianças e adolescentes para a escalada do "ranking" do IDEB.

A avaliação externa tem servido como instrumento de responsabilização da gestão escolar por seus resultados. Mas, na escola encontramos deficiências estruturais, falta de material e verbas não repassadas, dificuldades na aprendizagem que necessitam de atendimento especializado, rotinas escolares alteradas, professores desvalorizados, resistências ao modelo atual. Saviani salienta que este modelo de avaliação está equivocado, pois não avalia o processo de aprendizagem e segue a padronização dos testes desconsiderando a fragilidade da escola pública e dificuldades das famílias. Os índices apresentados nos resultados da Prova Brasil apresentam um Rendimento artificial e um "retrato" das escolas. Uma avaliação deve servir para apontar caminhos de como melhorar a aprendizagem. A avaliação deve fornecer subsídios para que o educador possa rever sua prática e melhorar a qualidade da educação.

O modelo de gestão gerencialista que sustenta estas avaliações externas padronizadas tem servido a uma educação que não é considerada como dever do Estado, mas um investimento empresarial que interessa ao capital para formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, ao invés de promover a formação de cidadãos e a busca do conhecimento. As avaliações externas padronizadas estão servindo para verificar se o sistema educacional está atendendo as finalidades do modelo hegemônico. A avaliação da escola pública é um processo que deve ser coletivo e com a participação da comunidade, promovendo a reflexão e mudanças de acordo com as propostas do grupo. O desafio presente está em resistir e superar esta tendência crescente de gestão gerencialista, resgatar a proposta de gestão democrática da escola pública, defendendo políticas públicas que visem a redução da desigualdade no lugar de incentivar a competição. Isto implica em formação docente

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos resultados das entrevistas é possível considerar que as avaliações externas, como a Prova Brasil, podem contribuir no sentido de diagnosticar o que melhorar para efetivar a aprendizagem, porém não precisam ser o único parâmetro. Os impactos na prática pedagógica são mínimos, mas na gestão escolar são mais perceptíveis. Gestores preocupam-se em atingir a meta de uma boa nota da escola. O IDEB tem sido o principal indicador para traçar metas das escolas e redes de ensino.

Esta pesquisa confirmou os estudos sobre as avaliações externas, pois estas não contribuem para avaliar o processo de aprendizagem e suas dificuldades e percursos. Como disse uma professora entrevistada: O resultado da Prova Brasil é importante como um meio para diagnóstico e aprimoramento do processo ensino/aprendizagem dos alunos, não como um fim; o problema é o uso que os governos fazem dos resultados. As avaliações externas da educação precisam ser revistas na sua forma de aplicação e nos seus objetivos.

A busca por melhores resultados nas avaliações externas tende a causar uma mudança nas relações entre professores e gestores. Gestores cobram resultados satisfatórios, enquanto professores estão preocupados com o processo de aprendizagem. A realidade da comunidade em que a escola está inserida tem suas peculiaridades, com distorções de idade por série, defasagens de interpretação de textos, falta de apoio no reforço e estudo em casa. Refletir a respeito dos impactos dessas avaliações nos leva a repensar a obsessão por resultados e reforçar a importância do processo de aprendizagem. As desigualdades sociais e econômicas e peculiaridades de cada escola devem ser consideradas nas políticas públicas da educação.

A importância e a necessidade da avaliação externa são reconhecidas pelos professores do ensino fundamental. No entanto, as avaliações padronizadas e em larga escala tem servido para justificar ações da gestão gerencialista hegemônica. O sistema de avaliação deve ser ampliado e envolver outros fatores associados ao desempenho escolar, englobando questões socioeconômicas da comunidade escolar. Mesmo não conhecendo em detalhes os resultados da Prova Brasil, o “ranking” das escolas tem influenciado em decisões e práticas pedagógicas.

O modelo hegemônico de gestão *gerencialista*, baseado nos índices de eficiência e produtividade, como os índices IDEB, tem como base a ideologia neoliberal, que tende a reduzir a atuação do Estado e incentivar a competitividade. As práticas de gestão educacional gerenciais estão inspiradas na administração de empresas privadas, com princípios de descentralização e autonomia. É preciso discutir a escola pública, com a finalidade de ser um espaço de emancipação e participação da comunidade, desarticulando a ideologia de mercado.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, M.F.; CARNEIRO, V. L. **O papel do estado e as políticas públicas de educação: uma análise das avaliações externas no ensino fundamental**. RBPAAE – v.28, n.3, p. 645-663, set/dez 2012. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/download/39831/25380>. Acesso em: 13 out. 2018.

BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.38, n.2, p.373-388, abr/jun 2012. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/aoep633.pdf>. Acesso em: 30 nov 2018

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 out. 2018.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n. 9.394/ 96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 20 out. 2018.

_____. **Ministério da Educação. Ideb 2017**. Disponível em: <http://sistemas.provabrazil.inep.gov.br/provaBrasilResultados/view/boletimDesempenho/boletimDesempenho.seam>. Acesso em: 27 out 2018

CHIRINÉA, Andréia M.; BRANDÃO, Carlos da F. **O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados**. Ensaio: aval. pol.públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 23, n. 87, p. 461-484, abr./jun. 2015. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v23n87/0104-4036-ensaio-23-87-461.pdf>> Acesso em: 26 abr. 2018.

DIAS, Rubia M.R. **IDEB, quantificação e qualidade: avaliação de desempenho no ensino fundamental e os impactos no trabalho docente em escolas de Araguari - MG**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais. 2014. Disponível em: [https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13969/1/Ideb Quantificação Qualidade.pdf](https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13969/1/Ideb%20Quantificacao%20Qualidade.pdf). Acesso em: 24 out. 2018

ÉRNICA, Mauricio; BATISTA, Antonio A. **Gerencialismo e dispersão de poder na relação Estado-Educação: as traduções e os hibridismos do caso brasileiro**. RBPAAE- v. 33, n.3, p. 729-749, set/dez. 2017. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/79305/46241>>. Acesso em: 9 fev. 2018.

FREITAS, Luiz C. **Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação**. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012. Disponível em <https://ead08.proj.ufsm.br/moodle2_UAB/pluginfile.php/327925/mod_resource/content/1/FREITAS%2C%20Luiz%20Carlos.PDF>. Acesso em: 16 abr. 2018.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org) **Métodos de pesquisa**. Série EAD. UAB/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em: 23 out 2018.

GHISLENI, A.C.; LUCE, M.B. **A avaliação em larga escala no Sistema Municipal de Ensino de Porto Alegre: aproximações e diferenças entre grupos implicados**. Educar em revista, Curitiba, Brasil, v.34, n.68, p.163-179, mar/abr 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/v34n68/0104-4060-er-34-68-163.pdf> >Acesso em: 3 dez 2018.

IVO, Andressa A.; HYPOLITO, Álvaro M. **Sistemas de avaliação em larga escala e repercussões em diferentes contextos escolares: limites da padronização gerencialista**. RBPAAE - v. 33, n. 3, p. 791 - 809, set./dez. 2017. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/79308/46244>. Acesso em: 10 fev. 2018.

LIMA, I. G.; GANDIN, L. A. **Gerencialismo e dispersão de poder na relação Estado-educação: as traduções e os hibridismos G. A escola, a metrópole e a vizinhança vulnerável**. Cadernos de pesquisa. V.42 n.146 p.640-666 maio/ago 2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v42n146/16.pdf>> Acesso em: 17 abr. 2018.

MACHADO, C.; ALAVARSE, O.M.; ARCAS, P.H. **Sistemas estaduais de avaliação: interfaces com qualidade e gestão da educação**. RBPAAE – v. 31, n. 3, p. 667 – 680 set/dez. 2015. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/63800/37029>. Acesso em: 9 fev. 2018.

MENEGÃO, Rita C.S.G. **Impactos da avaliação externa no currículo escolar: percepções de professores e gestores**. Tese (Doutorado em educação) Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2015. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/254024/1/Menegao_RitadeCassiaSilvaGodoi_D.pdf> Acesso em: 22 out 2018.

OLIVEIRA, Sara B.; MENEGÃO, Rita C.S.G. **Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação** (resenha). Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 119, p. 647-660, abr.-jun. 2012. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 29 abr. 2018.

RAVITCH, D. **Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação**. Trad. de Marcelo Duarte. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SAVIANI, Demerval. **O INEP que a sociedade precisa**. Matéria publicada no Blog dos Servidores do INEP, no dia 17 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.indicadoreseducacao.org.br/o-inep-que-a-sociedade-precisa-entrevista-a-demerval-saviani/>> Acesso em: 04 dez 2018

APÊNDICE

Roteiro de entrevista

Os questionamentos propostos nas entrevistas, com todos sujeitos, foram:

- Quais as mudanças provocadas com as avaliações externas (Prova Brasil)?
- Em que a Prova Brasil colabora com a prática pedagógica do professor?
- Estas avaliações são compatíveis com a realidade da escola e o que ela ensina?
- É competente uma escola que desenvolve um trabalho de acordo com os critérios estabelecidos pelo Estado? Justifique.
- Faça observações que considerar importante sobre a Prova Brasil e seus impactos na escola.

Outros questionamentos propostos nas entrevistas com os sujeitos da equipe gestora:

- Os resultados da Prova Brasil são importantes para a escola? O que significa uma escola ficar bem classificada no IDEB?
- Você considera importante que a escola desenvolva um trabalho de inclusão e permanência dos alunos?